

ATA NÚMERO DOIS

Aos dezoito dias do mês de janeiro de dois mil e dezoito pelas vinte e uma horas, nas instalações da Junta de Freguesia da Marinha Grande (JFMG), sita na Rua 25 de Abril nº 3, reuniu em sessão extraordinária o seu Executivo. Estiveram presentes a presidente Isabel Maria Gonçalves Rodrigues Pereira de Freitas, a secretária Diana Margarida Pinheiro Gregório, a tesoureira Ana Lúcia de Sousa Fortunato e os vogais Manuel dos Santos Pereira, Maria Fernanda Mota Esperança Pereira e Sandra Marisa Moleirinho Paulo.-----

ORDEM DO DIA

-----**Ponto um:** Reconhecimento de funções permanentes desempenhadas por trabalhadores com vínculo precário na JFMG ao abrigo do disposto na Lei 112/2017 que estabelece o Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública.

Ponto um: Foi dado início à Ordem do Dia com a apresentação aos membros do Executivo do conteúdo da Lei 112/2017, aprovada a vinte e nove de dezembro de dois mil e dezassete, com entrada em vigor a um de janeiro de dois mil e dezoito.-----

Segundo a secretária Diana Gregório, a lei em causa estabelece o programa de regularização extraordinária dos vínculos precários para a Administração Pública (PREVAPAP), fixando os termos para integração destes trabalhadores sempre e quando as funções desempenhadas correspondam a necessidades permanentes da administração pública. Segundo a secretária, cabe ao órgão executivo a identificação das necessidades permanentes que até ao momento têm sido desempenhadas por trabalhadores com vínculo precário nesta Junta de Freguesia, desencadeando posteriormente a abertura dos procedimentos concursais respetivos, abertos a todos os trabalhadores que desempenham as funções em causa ou que as tenham desempenhado entre um de janeiro e quatro de maio de dois mil e dezassete, ou em parte deste período, e pelo menos durante um ano à data do concurso de regularização.-----

Assim, procedeu-se à análise da relação dos trabalhadores com vínculos precários atualmente a desempenhar funções na JFMG, a saber:-----

---Sr. Belmiro Ribeirete presta atualmente serviços diversos de limpeza em arruamentos e afins, em regime de recibo verde;-----

---Sr. Carlos Santos presta atualmente serviços diversos de reparação e manutenção em escolas e outros, em regime de recibo verde;-----

---Sr. Jorge Botas presta atualmente serviços de pintura, reparações diversas, manutenções e afins, em regime de recibo verde;-----

---Sr. José Acácio presta atualmente serviços diversos de limpeza em arruamentos e afins, em regime de recibo verde;-----

---Sr. Luís Fernandes presta atualmente serviços diversos de reparação e manutenção em escolas e afins, em regime de recibo verde;-----

---Sr. Carlos Vieira presta atualmente serviços de limpeza, através de Contrato de Emprego-Inserção (CEI+);-----

---Sra. Graça Carneiro presta atualmente serviços de limpeza, através de CEI+;-----

---Sr. Ricardo Casaca presta atualmente serviços de limpeza, através de CEI+ desde um de setembro de dois mil e dezassete;-----

---Sra. Isabel Ferreira presta serviços de apoio administrativo através de Contrato de Trabalho da Função Pública a termo certo desde um de janeiro de dois mil e dezoito, tendo no ano anterior desempenhado as mesmas funções em regime de recibo verde;-----

---Dra. Nelly Almeida presta serviços de psicologia no Gabinete de Apoio Psicossocial (GAP) da JFMG três dias e uma manhã por semana, em regime de recibo verde;-----

---Dra. Ana Maria Meia-via presta serviços de psicologia no GAP da JFMG quatro dias por semana, em regime de recibo verde;-----

---Dra. Marta Malhó presta serviços de nutrição no GAP da JFMG um dia por semana, em regime de recibo verde;-----

---Dra. Elisabete Carreira prestou serviços de apoio social no GAP da JFMG em regime de recibo verde, entre dois mil e catorze e dois mil e dezasseis e desempenha atualmente as mesmas funções por via de um protocolo celebrado entre a JFMG e a ADESER II;-----

--Sr. Ricardo Santos presta serviços de formação musical e desempenho das funções de maestro da Orquestra Juvenil da Marinha Grande, em regime de recibo verde;-----

--Sr. Márcio Pereira presta serviços de formação musical da Orquestra Juvenil da Marinha Grande, em regime de recibo verde.-----

---Sr. Rui Fragata presta serviços de formação musical da Orquestra Juvenil da Marinha Grande, em regime de recibo verde.-----

Avaliando as necessidades permanentes da JFMG que até ao momento são asseguradas por trabalhadores com vínculos precários, deliberou o Executivo da JFMG, prosseguir com a modificação do mapa de pessoal por forma a incluir os postos de trabalho necessários à regularização em causa, visando a abertura de 7 (sete) lugares no quadro da JFMG destinados a assistentes operacionais e 2 (dois) lugares a ser ocupados por técnicos superiores, devendo esta proposta ser colocada à aprovação da Assembleia de Freguesia, em reunião extraordinária.-----

De seguida, prosseguiu a reunião com a elaboração das modificações ao orçamento da despesa necessárias à concretização da deliberação do órgão executivo supra citada. Documento anexo à presente ata.-----

Por nada mais haver a tratar, a Presidente da Junta de Freguesia deu por encerrada a reunião pelas vinte e três horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada por todos os presentes.-----

A Presidente: -----

A Secretária: Diana Margarida Pinheiro Gregório-----

A Tesoureira: Ana Lúcia de Sousa Fortunato-----

O Vogal: João Santos Pereira-----

A Vogal: Maria Esperança-----

A Vogal: Sandra Anisartoleirinho Paulo-----

O Vogal: ausência justificada-----

Afg n^o 2

Assemblages



PROPOSTA

Considerando que:

- i. A Mata Nacional de Leiria representava a maior mancha florestal em território nacional, de propriedade e gestão públicas, com uma área aproximada de 11 mil hectares e uma história que remonta a mais de 700 anos;
- ii. Esta mata nacional foi recentemente vítima de um fogo que se estima ter destruído mais 80% da sua área, tratando-se de uma enorme perda do ponto de vista social, económico, ambiental e histórico, com relevância nacional, mas em especial para o concelho e freguesia da Marinha Grande;
- iii. Iniciaram recentemente os trabalhos de proteção dos recursos hídricos locais do processo de erosão dos solos e arrastamento de cinzas que, além de atrasado, aparenta ser insuficiente, pois tratou-se apenas de uma ação pontual no Ribeiro de São Pedro de Moel;
- iv. Os trabalhos suprarreferidos não podem esperar mais, pois deveriam ter sido executados antes das primeiras chuvas;

O Bloco de Esquerda propõe, em Assembleia de Freguesia da Marinha Grande, a 28 de Dezembro de 2017, que a Junta de Freguesia:

1. Apele ao ICNF para dar continuidade aos trabalhos realizados no Ribeiro de São Pedro de Moel nas restantes áreas ardidas, onde o risco de erosão e contaminação de águas seja mais elevado;
2. Apele à Câmara Municipal para disponibilizar mais meios operacionais para realização de trabalhos de proteção dos solos e cursos de água, por forma a reforçar os meios do ICNF e concretizar os trabalhos com a maior brevidade;
3. Mostre disponibilidade à Câmara Municipal e ao ICNF para colaborar nos trabalhos de emergência para proteção de solos e cursos de água;

Sesinando Araújo

Membro da Assembleia de Freguesia pelo BE



MOÇÃO

“Defender o SAP 24 Horas: Defender a saúde pública”

Face aos acontecimentos recentes que trouxeram a público o agravamento das condições no SAP 24 Horas, no Centro de Saúde da Marinha Grande e nas suas extensões, considera esta Assembleia de Freguesia imperioso defender este serviço público essencial às populações, contrariando aquela que parece ser a intenção do Ministério da Saúde de encerrar o SAP. Uma intenção comprovada pela actual prática instituída de manter este serviço encerrado às segundas e sextas feiras, entre as 8 e as 20 horas ou pelos vários períodos de tempo em que este esteve sem um único médico de serviço.

Apesar das promessas feitas há cerca de dois anos pela ACES Leiria, subscritas pela Câmara Municipal da Marinha Grande (CMMG), as condições do SAP tem vindo a degradar-se, com prejuízos imensos para os seus utentes. Assim, a Assembleia de Freguesia da Marinha Grande, reunida a 28 de Dezembro, exige da Câmara Municipal da Marinha Grande (CMMG) um posicionamento sobre esta situação que tem comprometido a saúde e o bem-estar das populações da freguesia e do concelho.

Certa de que os marinhenses não permitiram o seu encerramento e que desencadearão as acções necessárias para a defesa intransigente deste serviço público, esta Assembleia de Freguesia considera fundamental que a CMMG se pronuncie sobre:

1. As conversações e esforços políticos desenvolvidos junto das entidades competentes para reverter esta situação.
2. O que pretende fazer para, respeitando a vontade popular, defender a continuidade deste serviço, dotando-o de mais e melhores meios, materiais e humanos para servir as populações.

Marinha Grande, 28 de Dezembro de 2017

Proposta

O MPF - Partido da Terna propõe, em Assembleia de Freguesia da Marinha Grande, a 28 de Dezembro de 2017, que a Junta de Freguesia apete a não venda da madeira queimada resultante dos incêndios de 15 out 2017, toda a madeira de forma inequívoca, suportando o Estado todo o puguizo inerente.

Anabela Feliciano
Membro Assembleia JF pelo MPF

28/Dezembro/2017

Declaração de Voto - Partido Socialista

Ponto 1 - Discussão e votação dos Documentos Provisionais para o ano o ano 2018: Opções do Plano: Proposta do Orçamento e PPI - Plano Plurianual de Investimento e Plano de Atividades.

O partido socialista abstêm-se pelos seguintes motivos:

No orçamento da Junta de freguesia a discriminação/informação é insuficiente em grande parte das rubricas. Uma maior discriminação/informação visa a uma maior transparência e rigor dos valores apresentados no orçamento, e dando como exemplo a despesa da rubrica "01.01.07 – pessoal em regime de avença" os valores deviam estar detalhados por tipo de tarefa/avença como acontece no quadro de pessoal em regime de contrato individual de trabalho, sendo um valor elevado e praticamente igual ao valor destinado ao pessoal do quadro (Regime de contrato individual de trabalho), era importante estar detalhado.

Em relação às opções do plano não existe informação referente aos critérios de atribuição dos apoios a entidades nem qual o valor atribuído a cada uma delas.



MOÇÃO

“Em defesa do Pinhal de Leiria”

Os fogos florestais trouxeram de novo, neste ano de 2017, a tragédia ao nosso país. Tragédia que teve início a 17 de Junho com os incêndios de Pedrógão Grande e que culminou a 15 e 16 de Outubro, com a catástrofe que retirou aos marinhenses um extenso e rico património natural, o nosso Pinhal.

A dimensão trágica e brutal destes acontecimentos é, pois, consequência de décadas de política de direita do PS, PSD e CDS no mundo rural, na agricultura, na floresta, no abandono do interior. Política assente na desertificação económica e humana de vastos territórios, na liquidação de milhares de explorações agroflorestais, na falta de rentabilidade económica e na desenfreada expansão do eucalipto.

As condições climatéricas deste Verão foram únicas e terão estado na origem imediata da situação dramática que o país viveu e que os marinhenses agora enfrentam. Mas é necessário sublinhar um outro factor que, no caso da nossa Mata, foi determinante: o desinvestimento na limpeza e manutenção do nosso pinhal. Quem o tutela soube dele retirar matérias-primas mas não soube cuidar e salvaguardar a sua continuidade. A apropriação da riqueza natural e material do Pinhal de Leiria foi inversamente proporcional ao investimento com a sua manutenção e preservação.

O que está em causa não é a necessidade de mais legislação, mas antes de garantir o cumprimento da legislação existente e de assegurar os meios técnicos, financeiros e humanos necessários à sua concretização.

Neste quadro adverso não podemos deixar de transmitir o mais profundo reconhecimento a todos os que, nas diversas áreas da protecção civil, designadamente aos bombeiros e às forças de segurança, intervieram e intervêm para minimizar danos e prejuízos. Urge por isso, exigir a manutenção da gestão pública da mata nacional, com mais e melhores meios financeiros,



logísticos e humanos.

Manifestando desde já enorme preocupação quanto à possibilidade de transferência de competências para as autarquias locais ao nível da gestão da floresta, criação de empresa pública para o efeito ou de qualquer outra forma de municipalização ou privatização do Pinhal de Leiria que, pela sua dimensão e importância deve permanecer dentro da tutela da Administração Central. Ainda assim, estamos conscientes de que cabe naturalmente à Autarquia acompanhar este processo de perto. Assim, a Assembleia de Freguesia da Marinha Grande, reunida a 28 de Dezembro, exige da Câmara Municipal da Marinha Grande (CMMG) um pronunciamento quanto às seguintes questões:

1. Que medidas foram até ao momento levadas a cabo no sentido de controlar a erosão dos solos nas áreas de risco e o arrastamento de cinzas, por forma a impedir a contaminação do Ribeiro de São Pedro e consequentemente dos lençóis freáticos e dos solos?
2. Que acções de limpeza das linhas de água tiveram lugar até ao presente?
3. Que mecanismos foram desencadeados pela Autarquia para garantir a limpeza e posterior reflorestação do Pinhal de Leiria?
4. No processo de reflorestação, estão a ser tomadas medidas no sentido de acautelar as espécies autóctones do Pinhal de Leiria?
5. Tem a Autarquia conhecimento de algum plano de monitorização da fauna e flora do Pinhal de Leiria?
6. Tem a Autarquia conhecimento de algum projecto de recuperação das “Casas da Mata” e do Parque Florestal do Engenho?
7. Tenciona a Câmara Municipal da Marinha Grande proceder finalmente à criação do Museu da Floresta?
8. Tem a CMMG previstas acções de sensibilização, informação, envolvendo a comunidade escolar em torno da preservação do nosso património natural?



9. Até à data que conversações desencadeou a Autarquia com o Governo Central e respectivos ministérios no sentido que dotar o ICNF dos meios necessários para responder a esta situação?
10. Está assegurado que os valores provenientes da venda de madeira ardida serão inteiramente destinados à reflorestação da Mata Nacional?
11. Que medidas estão a ser tomadas pela Autarquia junto do ICNF para a tão urgente e necessária reparação das estradas de acesso à Mata?

Marinha Grande, 28 de Dezembro de 2017